



Gestão de IRPJ e CSLL: Simples, Pre- sumido e Arbitrado

Modalidade EaD

Informações do curso

FIPECAFI

Apresentação do Curso

Neste curso, serão apresentados os procedimentos a serem adotados para as apurações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de modo a preparar o participante para seguir tais procedimentos, bem como proporcionar uma visão crítica sobre os regimes de tributação Lucro Real e Presumido e sobre as bases teóricas e práticas da tributação de renda da pessoa jurídica no Brasil. Além disso, serão abordados aspectos essenciais do Simples Nacional, proporcionando aos alunos capacidade de avaliar qual o melhor regime conforme o contexto da empresa.

Observações

Para os cursos de Educação Executiva na modalidade EaD, os dados de acesso para início do curso serão enviados em dois dias úteis após a efetivação do pagamento.

Carga Horária Estimada
22 horas

Prazo
6 meses

A carga horária é composta pelas seguintes atividades: leitura dos books, aulas virtuais, quiz e prova.

O prazo para acesso ao material será considerado a partir do envio de login e senha de acesso ao participante.

Público-alvo

Profissionais atuantes na área do Direito Tributário, bem como em todas as áreas da contabilidade: societária, financeira, tributária, gerencial, auditoria, perícia, entre outras.

Pré-requisito

Não há.

Professores-autores

Prof. Fábio Silva

Mestre e Doutorando em Controladoria e Contabilidade (PPGCC) pela FEA/USP. Coordenador do MBA de Gestão Tributária da FIPECAFI. Professor da FGV - Fundação Getúlio Vargas no Programa de Pós-Graduação em Direito Tributário, nas disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Direito, Direito Tributário; Imposto de Renda e Tributação Empresarial. Professor no Insper no LLM em Direito Tributário e Societário, nas disciplinas de Contabilidade e Essência Econômica e na disciplina de Contabilidade. Professor da Graduação em Ciências Contábeis na FIPECAFI na disciplina de Contabilidade Tributária. Professor do MBA de Gestão Tributária da FIPECAFI na disciplina de Imposto de Renda. Autor do livro **Holding Familiar, Visão Jurídica do Planejamento Societário, Sucessório e Tributário**, da Editora Trevisan. Graduado em Direito pela Universidade Paulista (2001). Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Trevisan (2011). Especialista em Direito Tributário pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-Graduado em Business Management com ênfase em finanças na UCSD - University of California, San Diego (2011). Advogado com 20 anos de atuação na área jurídica empresarial.

Prof. Alexandre Evaristo

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Conselheiro Titular da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Ex-Conselheiro da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Ex-Vice Presidente da 1ª Turma da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Vice-Presidente da Associação de Conselheiros do CARF (ACONCARF). Conselheiro Titular no Conselho Municipal de Tributos da Cidade de São Paulo/SP (CMT/SP). Juiz Suplente do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP). Coordenador do MBA de IFRS da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Professor-Assistente nos Cursos de Especialização

e Atualização em Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Ex-Pesquisador do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Pesquisador do Núcleo de docentes permanentes do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da FIPECAFI.

Prof. Arthur Pitman

Mestrando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em MBA em Gestão Tributária na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário - IBDT. Colaborador da Revista de Direito Tributário Internacional Atual - RDTIA. Professor-Assistente na Especialização em Direito Tributário Brasileiro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário - IBDT. Professor-Tutor no MBA em Gestão Tributária da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Advogado em São Paulo. Advogado com 20 anos de atuação na área jurídica empresarial.

Prof. Rinaldo Braga

Mestrando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário - IBDT (2018). Pós-graduado em Gestão Tributária pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (2019). Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2014). Atualmente, é advogado tributarista associado no Takano & Przepiorka Advogados e colaborador da Revista de Direito Tributário Internacional Atual (RDTI-Atual).

Conteúdo Programático

1. Introdução

2. Lucro presumido

2.1 Regime opcional

2.1.1 Quem pode optar?

2.1.2 Opção e Desistência no Lucro Presumido

2.2 Regime de Caixa e Regime de Competência

2.3 Coeficientes de Presunção, Base de Cálculo e Alíquotas

2.4. Receita Bruta no Lucro Presumido

2.4.1 Deduções da Receita Bruta

2.4.2 Outras Receitas

2.4.3 Exemplo de Cálculo de IRPJ e CSLL no Lucro Presumido

2.5 Omissão de Receitas

2.6 Ganho de Capital

2.7 Distribuição de Lucros ou Dividendos

2.8 Lucro Presumido e o planejamento tributário: desmembramento de empresas e segregação de atividades

- 2.8.1 Caso Grendene (Acórdão CARF nº 103-07260, de 25/05/1986)
- 2.8.2 Caso Kiwi-Boats (Acórdão CARF nº 103-23.357, de 23/01/2008)
- 2.8.3 Caso Transpinho Madeiras (Acórdão CARF nº 9101-002.429, de 18/08/2016)

3. Lucro arbitrado

- 3.1 Autoarbitramento
- 3.2 Receita Bruta não conhecida
- 3.3 Lucro Arbitrado e a apresentação extemporânea de livros e documentos no processo administrativo
- 3.4 Distribuição de Lucro Arbitrado

4. Simples nacional

- 4.1 Introdução
- 4.2 Definição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Micro
- 4.3 Definição de Receita Bruta para o Simples Nacional
 - 4.3.1 Início de atividade no próprio ano calendário
 - 4.3.2 Sublimites dos entes federados
- 4.4 Tributos abrangidos pelo Simples Nacional
 - 4.4.1 Ganho de Capital
 - 4.4.2 Distribuição de Lucros
- 4.5 Vedações ao Simples Nacional
- 4.6 Regime Jurídico e Carga Tributária
- 4.7 Cálculo do Simples Nacional
 - 4.7.1 Excedendo o sublimite: como calcular?
- 4.8 Hipóteses de Exclusão do Simples Nacional
 - 4.8.1 Prática Reiterada de Infrações
- 4.9 Efeitos da Exclusão do Simples Nacional
- 4.10 Questões atuais: Simples Nacional e o Diferencial de Alíquota (DI-FAL)
- 4.11 Questões atuais: Simples Nacional e os créditos de ICMS e PIS e CO-FINS
- 4.12 Questões atuais: Simples Nacional e ICMS-Substituição Tributária
- 4.13 Microempreendedor Individual (MEI)
- 4.14 Investidor Anjo

Critério de Avaliação

Somente terão direito ao certificado de conclusão os participantes que obtiverem conceito igual ou superior a 7,5 na Prova ou Reavaliação.

O certificado será enviado dentro de 45 dias, contados a partir do comunicado de aprovação que será enviado por e-mail.

Materiais e Ferramentas On-line

O curso é composto por material e ferramentas de aprendizagem on-line disponíveis no ambiente de aprendizagem virtual, o que inclui o seguinte: 1) **Unidades de Aprendizagem**; 2) **Aulas Virtuais**; 3) **Quizzes**; e 4) **Prova**.

A fim de facilitar a compreensão das ferramentas de aprendizagem contidas ou relacionadas ao material, seus usos e aplicações, seguem suas descrições:

1. Unidades de Aprendizagem	Material de leitura que apresenta o conteúdo do curso de forma expositiva, podendo também conter vídeos, áudios ou exercícios de fixação.
2. Aula Virtual	Apresentadas em formatos variados de audiovisual, estarão disponíveis dentro de algumas unidades de aprendizagem. Apresentam o desenvolvimento conceitual e teórico dos temas, de forma dinâmica. Permanecerão disponíveis no ambiente virtual e poderão ser acessadas a qualquer momento e por quantas vezes o participante julgar necessário. Não é permitido fazer o download das videoaulas, e seu acesso é limitado ao tempo em que o participante estiver matriculado no curso.
3. Quiz	O Quiz é composto por questões conceituais desenvolvidos na própria ferramenta do ambiente virtual e que não requerem muito tempo em sua resolução. Sua realização não é obrigatória.
4. Prova	Atividade que visa avaliar todos os conceitos abordados ao longo do curso

FIPECAFI